

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.297 - PB (2019/0297367-0)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE : AECIO FLAVIO FARIAS DE BARROS FILHO**  
**ADVOGADO : AÉCIO FLAVIO FARIAS DE BARROS FILHO - PB012864**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**PACIENTE : JOSE CARLOS FONSECA ROLIM**  
**PACIENTE : EZEQUIEL COSTA DA SILVA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA**

## **EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. OMISSÃO NA ANÁLISE DA TESE ACUSATÓRIA RELATIVA À PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA E EXECUTÓRIA. OCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS PARA APRECIACÃO DO TEMA. MEDIDAS QUE SE IMPÕEM. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DA PENA ATÉ O ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA.

Ordem concedida liminarmente, nos termos do dispositivo.

## **DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **José Carlos Fonseca Rolim e Ezequiel Costa da Silva**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça da Paraíba.

Consta dos autos que o Juízo de Direito da 2ª Vara Regional da comarca de João Pessoa/PB condenou os pacientes, pelo crime previsto no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal, às penas de **5 anos e 4 meses de reclusão**, no regime inicial semiaberto (fls. 29/42 – Ação Penal n. 200.2011.013.212-9).

O Tribunal de origem deu parcial provimento ao recurso de apelação interposto pela defesa (Apelação Criminal n. 0013212-2.2011.815.2003) - fl.43:

PROCESSUAL PENAL. Apelação Criminal. Dos crimes contra o patrimônio. 1ª Apelação Roubo qualificado. Emprego de arma de fogo. Concurso de agente. Materialidade e autoria. Comprovação. Colaboração no roubo. Uso do veículo para a fuga. Participação evidenciada Partilha do objeto roubado. Condenação mantida. Desprovimento.

2ª Apelação. Roubo qualificado. Emprego de arma de fogo. Concurso de agente. Materialidade e autoria. Comprovação. Colaboração no roubo. Função de Motorista e suporte para fuga. Participação evidenciada. Condenação mantida. Dosimetria da pena. Inobservância da individualização da pena dos réus.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Cerceamento da defesa. Nulidade da sentença, em parte. Provimento parcial.

- Deve-se reconhecer a co-autoria no crime de roubo, sobretudo quando os réus participam do roubo, na função de motorista e utilizando o seu carro como suporte na fuga do executor, não havendo dúvida de que concorreram para a prática do delito.

- Em razão do princípio da individualização da pena, o juiz sentenciante deve realizar o cálculo da pena para cada réu, o descumprimento de referido princípio acarreta a nulidade parcial da sentença para que seja proferida outra sentença.

- Desprovimento da primeira apelação, e provimento, em parte, da segunda apelação.

Com o parcialmente provimento do recurso, manteve-se a condenação, com a anulação da sentença no tocante à dosimetria das penas.

Narram os autos, ainda, que houve prolação de sentença em 6/12/2017, retificando a dosimetria.

Irresignada, a defesa interpôs nova apelação, assim ementada (fl. 57):

APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO QUALIFICADO. CONDENAÇÃO. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO. ACÓRDÃO QUE MANTÉM CONDENAÇÃO PARA REDIMENSIONAR PENA. PRAZO DE INTERRUPTÃO MANTIDO NA PRIMEIRA SENTENÇA. REJEIÇÃO DA PRELIMINAR IRRESIGNAÇÃO. PLEITO PELA APLICAÇÃO DE ATENUANTE PARA REDUZIR A PENA ABAIXO DE MÍNIMO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. PENA BASE APLICADA NO MÍNIMO LEGAL. SÚMULA 231 DO STJ. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO

1. A modificação do título executivo judicial quanto à pena imposta não implica o afastamento da interrupção verificada com a decisão condenatória, isso considerada a prescrição da pretensão punitiva presente a ficção jurídica reveladora da retroação..

2. Não há que se falar em redução da pena quando o magistrado de primeiro grau faz uma análise clara e segura das circunstâncias judiciais, já fixando-a no mínimo legalmente previsto.

Posteriormente, houve oposição dos embargos de declaração, rejeitados pelo Tribunal de origem, em que o impetrante pugnou, novamente, pelo reconhecimento da prescrição.

Aqui o impetrante sustenta, em síntese, que (fl. 6/8):

No julgamento de nova apelação, o Eg. TJPB asseverou não ter ocorrido a prescrição entre o recebimento da denúncia e a nova sentença, eis que, para efeito de prescrição, prevaleceria, apenas e tão somente, a primeira sentença (14/03/2012).

Disse o venerando acórdão:

"O caderno processual revela que o acórdão confirmou a condenação lançada na sentença e, determinou a retificação da dosimetria. Sendo assim,

# *Superior Tribunal de Justiça*

do ponto de vista de interrupção da prescrição, permanecer a primeira sentença.

[...]

Pois bem, na esteira do entendimento firmado pelo Acórdão do TJPB, nenhum dos acórdãos deveria servir como marco interruptivo, eis que, apenas, confirmaram a sentença:

[...]

Assim, considerando o que determina o art. 110, do CP, que remete ao art. 109, a prescrição ocorreria em 12 anos, todavia, como, à época do crime, eram menores de 21 anos, prazo é reduzido pela metade (art. 115, do CP) .

Portanto, há inegável prescrição da pretensão punitiva a partir da sentença primeira (2012).

DOUTRO NORTE, mesmo que assim não o fosse, haveria a PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. Contra a sentença não houve recurso da acusação.

Requer, ao final, o seguinte (fls. 10/11):

a) A concessão liminar, sem oitiva da autoridade coatora e do representante da Subprocuradoria da República com atuação neste Superior Tribunal de Justiça, para que seja determinada A IMEDIATA SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DA PENA, já alcançada pela prescrição;

b) Doutro norte, na esteira do entendimento firmado naquele acórdão do HC, como o Eg. TJPB se recusou a enfrentar a matéria da prescrição apontada nos embargos declaratórios (**entre a sentença e os dias atuais**), **tendo o acórdão da apelação, apenas, decorrido entre o recebimento da denúncia e a sentença primeira**, recusando-se a manifestar-se acerca de matéria de ordem publica, que seja determinado que o TJPB enfrente o tema (prescrição entre a sentença primeira e os dias atuais).

É o relatório.

Verifico a existência da ilegalidade apontada.

Com efeito, pela leitura do acórdão que julgou os embargos de declaração, notadamente às fls. 83/87, verifica-se que as questões referentes à prescrição da pretensão punitiva e da prescrição executória, suscitadas pela defesa, não foram nele debatidas. Ressalte-se, ainda, que tais questões também não foram abordadas, sob a moldura exposta pela defesa, no julgamento da apelação ocorrido em 25/7/2019 (fls. 57/64).

Dessa forma, impõem-se o retorno dos autos para que o Tribunal de origem se manifeste acerca da omissão apontada pelo embargante.

A propósito:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. DENÚNCIA. PROVAS. OPERAÇÃO ESFINGE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO

# Superior Tribunal de Justiça

MÉRITO. SENTENÇA ANULADA PELO TRIBUNAL REGIONAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÕES RELEVANTES SURGIDAS COM A PROLAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. OMISSÃO NÃO SANADA. VIOLAÇÃO DO ART. 619 DO CPP CONFIGURADA. JULGADO DE CUNHO GENÉRICO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM.

1. A omissão relevante à solução da controvérsia não abordada pelo acórdão recorrido constitui negativa de prestação jurisdicional e configura violação do art. 619 do Código de Processo Penal.

2. Conquanto não esteja o magistrado obrigado a enfrentar todos os questionamentos das partes, havendo obscuridade e contradição sobre questão relevante para o deslinde da controvérsia, deve esta ser resolvida e aclarada em sede de embargos de declaração, sob pena de nulidade do julgado.

3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido, a fim de determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para o saneamento dos vícios apontados no recurso integrativo.

(REsp n. 1.651.656/ES, da minha relatoria, Sexta Turma, DJe 26/4/2017 – grifei).

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. DOSIMETRIA DA PENA. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. ARGUMENTOS INIDÔNEOS. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DA CORTE ESTADUAL SOBRE O PONTO A DESPEITO DA OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ANÁLISE VEDADA NESTA VIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. REMESSA DOS AUTOS AO TRIBUNAL *A QUO*. NOVO JULGAMENTO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

2. Hipótese em que, embora tenha sido deduzido expressamente o pleito subsidiário de redução da pena-base ao mínimo legal nas razões do apelo da defesa, a Corte estadual não se manifestou sobre o ponto. Opostos embargos de declaração visando à integração do julgado, o Tribunal *a quo* entendeu pela ausência de qualquer omissão a ser suprida, rejeitando os aclaratórios, sem adentrar, mais uma vez, na análise da matéria suscitada, em manifesto confronto com o disposto no art. 619 do CPP.

3. A negativa de análise do mérito da questão pelo Tribunal estadual impede a manifestação desta Corte acerca do tema, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Necessidade de remessa dos autos ao Tribunal de origem para que examine a legalidade dos argumentos apresentados para justificar a fixação da pena-base acima do mínimo legal.

5. *Habeas corpus* não conhecido. Ordem concedida, de ofício, a fim de determinar o retorno dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, para que proceda a um novo julgamento dos embargos de declaração, manifestando-se acerca das teses suscitadas pela defesa.

(HC n. 353.158/MG, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 16/3/2017 – grifo nosso).

Observe, ainda, que é necessário assegurar ao acusado que a execução provisória da pena somente poderá acontecer após o esgotamento das vias ordinárias, na

# *Superior Tribunal de Justiça*

linha da atual orientação do Supremo Tribunal Federal, adotada também por esta Corte Superior. Assim, tendo em vista a necessidade de que o Tribunal local prossiga no julgamento dos embargos de declaração, imperativa a determinação de que a execução provisória seja obstada.

Com essas considerações, **concedo** liminarmente a ordem para determinar que o Tribunal de Justiça da Paraíba prossiga no julgamento dos embargos de declaração, **manifestando-se expressamente a respeito da ocorrência da prescrição entre o julgamento da primeira sentença, em 2012, e os dias atuais, bem como sobre a tese da prescrição da pretensão executória, ficando obstada a execução provisória da pena até o esgotamento das vias ordinárias.**

Comunique-se com urgência.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator